



MARCAS DE GÊNERO NO CORPO ESCOLAR(IZÁVEL)

Rafaella de Sousa Teles
Universidade de São Paulo/ Universidade Federal de campina Grande
Rafaellasousa@usp.br

Resumo

Este artigo visa conversar sobre a relação profícua da história com a etnografia quanto a arte de construir arquivos e narrativas envolvendo relações de gênero em situações cotidianas ordinárias. Com isso, busca cartografar histórias, por vezes invisibilizadas, que envolvem o corpo escolar(izável) e contam pedagogias educacionais que ultrapassam a escola, as rotinas domésticas, e a construção de laços relacionais de fora. Para tanto, uso de uma atividade de campo desenvolvida em uma escola pública paulista, sob um olhar treinado ao microssocial, para contar histórias de vidas cruzadas, que naturalizam posições-de-sujeitos, passam pelo silêncio, e desconhecimento da historicidade cravada em categorias como gênero e sexualidades, e afetam corpos jovens, no amor ou na dor.

Palavras-chave: gênero, sexualidades e escola.

1 Encontros da História *com* outras áreas de conhecimento

De forma feliz e perspicaz a História tem se aberto a discussões poliédricas com diversas áreas. Sugere Chartier (2002) “à beira da falésia”, um investimento sobre a capacidade histórica de se repensar diante dos efeitos plurais das crises envolvendo as ciências sociais, especialmente a partir da década de 1980. Aqui no Brasil, Margareth Rago (1995) anunciava o “efeito-Foucault na historiografia brasileira”, e assim, do “mundo como representação” ao investimento na desconstrução dos efeitos de verdade, ficamos – eu, você, todos nós – envolvidos pela necessidade de novos olhares, novas miradas, e novas escritas, concomitantemente, inquietas e transdisciplinares (MORIN, S/D).

Ao reler Zizek (2012), pensando esse mesmo contexto, não se tratava apenas de textualidades questionadas. A década de 1980, com a queda do muro de Berlim, a debilidade dos sistemas organizacionais socialistas, e das ideologias marxistas, que perdem força diante dessas novas configurações sociais, conduzia ao “final dos





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

tempos”. Emergiam perguntas e objetos, que os usos binários das lutas de classes, com base na economia, pareciam não mais responder. Eram precisos novos métodos de investigação histórica, que sugerissem formas de tratamentos outras, pois os cenários já não eram os mesmos.

“E considerando que não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo (CHARTIER, 2002, p. 66), a história tem se permitido a recente relação com as concepções de representações e sentidos, de forma aberta e plural, para entender indivíduos e grupos, nas formas de construir seus mundos. Logo, ler a história a contrapelo, rejeitar determinismos, saber o que a história *não aceita* como *dado* é uma realidade que permite colocar em questão: quais as possibilidades de historicizar categorias como gênero e sexualidades interseccionadas no cenário escolar, a partir de exercícios etnográficos?

No mais, como essa é uma questão que interessa a esse texto, e “a escolha pelo meu objeto de estudo é, portanto, ao mesmo tempo política e teórica. Interessa-me entender como se construíram essas posições-de-sujeito (LOURO, 2004, p.57)”, e a História, sob novos exercícios teóricos e sensoriais, passa a captar no escuro, e nos silêncios, situações que passam pela escola, contando estereótipos e preconceitos sociais caros a sociedade, por vezes dolorosos aos que decidem publicamente escapar de arranjos binários heteronormativos, e do conjunto de códigos, posturas, gestos e ações que constroem performances Butler (2003) que (des)dizem lugares sociais preestabelecidos para homens e mulheres, inclusive de meninos e meninas, que passam pelo chão da escola.

Algumas falas, que aparecerão em parte nesta escrita, resultam da entrada em campo oportunizada pela disciplina de Etnografia Aplicada a Pesquisa Educacional (2018), que cursei na Universidade de São Paulo, no departamento de Educação, como pré-requisito para obtenção de crédito no Doutorado em História Social, mas também, como interesse colaborativo da pesquisa da tese em andamento. Quando me foi ofertada a chance de cursar na USP uma disciplina, li isso para além da obtenção de crédito, percebendo nessa relação com o campo educacional uma condição fortuita de diálogo e





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

novos aprendizados. Menciono inclusive o primeiro contato com a etnografia como benesse desse momento.

Assim, apresento um momento, e uma prática historiográfica, que ao mesmo tempo desafia e fascina. Enquanto a história tem se repensado não apenas como disciplina, mas como parte de diferentes articulações discursivas que constroem as próprias ciências sociais e interferem na forma de fazer história. É feito o exercício de ir ao indivíduo para eternas coletivas pré-existentes, nem está fora desse coletivo quando chamado a ação política.

Sendo assim, essa plasticidade na qual a história se permite, quanto a texto, contexto e objeto, é uma mão na roda para historiadores que se dedicam a discutir questões de gênero. Isso, para quem trabalha com investigações nesse campo, a título de exemplo, têm aberto novas rotas, tendo a História como norteadora de olhares desnaturalizantes. “Sobre esses objetos novos (ou reencontrados) podiam ser postos à prova modos inéditos de tratamento, extraídos das disciplinas vizinhas: as técnicas da análise linguística e semântica, as ferramentas estatísticas da sociologia (CHARTIER, 2002, p. 62)”, ou mesmo da Antropologia. Não há dúvida da necessidade da ressignificação transdisciplinar desses saberes na leitura sociocultural das invenções cotidianas. Nessa esteira, cabe abrir um espaço para apresentar o que levei a campo, aglutinando o arcabouço historiográfico *com* ferramentas etnográficas.

2 Proposta de entrada em campo

Quando tive oportunidade de entrar em uma escola pública na grande São Paulo, já tendo realizado exercícios investigativos em um cenário escolar¹, com o olhar treinado para relações de gênero e sexualidades, aquele espaço novo, no qual não conhecia os sujeitos, e não reconhecia certas formas de organização, sou promissora. Ler sem saber ler me desafiava enquanto historiadora, em novas habitações, inclusive literárias. Partindo da proposta de estudo de campo no cenário da escola, sugerida pela disciplina de Etnografia Aplicada à Pesquisa Educacional, com o intuito de possibilitar a construção de monografia de conclusão da mesma, passei a procurar escolas no





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

distrito do Rio Pequeno, espacialidade que passei a habitar em São Paulo durante o primeiro semestre de 2018.

Em meio as investidas pelo bairro, consegui permissão para entrar em uma escola estadual de ensino médio de codinome Professor Zezuino Clemente. Era manhã quando visitei a escola pela primeira vez, e fui recepcionada pela coordenadora, que fez uma rede de contatos entre mim, a diretora e a inspetora. Enquanto me direcionava a

¹ Faço referência a pesquisa que desenvolvi durante o mestrado em História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que resultou na dissertação intitulada: “Gênero e Sexualidades em intersecção e mo(vi)mento no cenário escolar cubatiense”. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFCG_4713f011692a87bbc816cb021fcc8ad4.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

sala da coordenação, por volta das 9:30 horas, meu olhar se dirigia para os alunos que circulavam pelos corredores, era horário de intervalo. Neste momento, meu olhar só buscava entender como aqueles adolescentes se socializavam e o que pensavam sobre a escola. Foi assim, nesse primeiro encontro, que lancei mão da proposta que apresentei a diretora, leia-se: ir à escola no turno da manhã, no horário do intervalo das aulas (9:30 às 9:50 horas), observar como aqueles jovens praticam o intervalo, e ao surgir oportunidade, ter conversas informais sobre seus anseios, as relações que estabelecem com a escola, e o que pensam da mesma.

O objetivo era observar como os alunos praticam a escola e constroem redes de sociabilidades fora da sala de aula, tendo o intervalo como escopo. Deste modo, como os discentes se relacionam no horário do intervalo e contam a escola por meio de conversas informais? Além disso, como contam seus corpos, desejos, escolhas, e vexames, a partir de falas catárticas? Que leituras de gênero atravessam e marcam os corpos jovens, daqueles adolescentes? E, na busca de responder tais questões – ainda que brevemente – passei a construir registros escritos que partiram de 28 visitas quase diárias durante pouco mais de dois meses na escola e o que considero uma vigésima nona, em uma tarde de visita na casa de três alunas noviças que são parte da voz dos pobres, uma instituição, segundo elas, de leigas celibatárias que vivem da providência divina. Ao final, foram 153 páginas de registros escritos sobre essa vivência.

Essas relações, foram lidas ciente de que há sérias diferenças na forma de olhar o “objeto” de estudo, e viver o campo de pesquisa. “La antropología social nació con una fuerte ruptura epistémica con el estudio de la evolución temporal de los fenómenos sociales (ROCKWELL, 2009, p.144)”. É próprio da pesquisa etnográfica a vivência do campo, o alargamento do olhar que quebra qualquer sistemática linear de tempo ou espaço pré-definido. Nesse sentido, o etnógrafo constrói seu próprio arquivo e documentação. E é esse, o momento em que trafega para o ofício do historiador, que por sua vez tende a confrontar diferentes fontes, na busca de um conteúdo que esteja para além da leitura de um “cronista”. Para Rockwell (2009, p.144) “el carácter mismo de su información amplía su mirada más allá de la circunscripción espaciotemporal de un estudio etnográfico”.





O que não significa uma disputa sobre precisão de análise, pois são formas diferentes de olhar o cenário social. Na ausência, ou pouca produção escrita de documentações que pensam o cenário cultural e as práticas cotidianas, o historiador tem se aproximado das formas antropológicas para realizar estudos subalternos, estudar sujeitos excluídos e marginalizados da historiografia tradicional, somando a contribuições da história das mentalidades e da história cultural. Especialmente depois da entrada em cena das produções francesas com os Anales historiográficos, as aproximações com as análises culturais, e com o passar das gerações, com a própria semiótica e a psicanálise, o que levou caminhos aparentemente divergentes, para pontos de cruzamento significativos nas produções acadêmicas atuais. “Cada disciplina ha buscado en la otra lo que no encontraba en su propia historia (p.146)”.

Nesse sentido, ainda percebo outro encontro desses campos, quando Geertz (1978, p.4) sugeri que “praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. São ações que se aproximam de inúmeras formas do campo da história oral (ALBERTI, 2005), o qual tateio nas produções que desenvolvo, da monografia de graduação (2008) a atual pesquisa de doutoramento. Volto a concordar com Geertz (1978, p.7) que “nos escritos etnográficos acabados, inclusive os aqui selecionados, esse fato – de que o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõe –“, consciente que nossos escritos são interpretações de segunda ou terceira mão.

A cultura do nativo é dele e dos seus, são *suas* vivências, e por isso, enquanto pesquisadora outsider, preciso da sensibilidade de reconhecer que o resultado do texto, deste artigo, não é mais importante que os percursos e os sujeitos que encontrei pelo caminho (LATOURE, 1997). Ao contrário disso, enquanto produto do campo, desejo fazer ver e sentir, mesmo nesse curto espaço, a riqueza da relação *com* e não *sobre* o outro. Algo próximo dos perceptos e afectos provocados na arte do filme-documentário “pro dia nascer feliz”, roteiro e direção de João Jardim. Esse cineasta ao ler pelos olhos do jovem o cenário escolar, consegue captar na poesia de Keila,





uma aluna de 16 anos, as dores da exclusão, na negação que o mundo lhe impõe em forma de normatizações que tendem a apagar os artifícios culturais que lhes dão sentido. Perceba:

“Dizem que sou doente, mas minha doença socialmente doente não tem cura, nem mesmo é doença. Se chama amor pelo sexo que tenho [...] eu não sou fraco, sou apenas reprimido por ser a minoria que até Deus despreza. Quero apenas ter direitos como os outros porque não sou doente. Sou apenas diferente [...]”.

Essa escrita cortante que se apresenta em forma de poema, é inspirada na fala da própria mãe. Keila diz que dribla um pouco do sofrimento escrevendo. É uma menina que tem pensamentos suicidas, que se aliviava pelas aulas de literatura da professora Celsa, que segundo ela mudou sua forma de pensar a morte, pela infinitude das palavras. Têm marcas domésticas na denúncia dos lugares sociais que não se sente parte. É a menina errante de sua mãe, que não se conforma com a filha rasgar suas certezas sobre a *verdadeira mulher*, aquela que gosta do sexo oposto, que aposta no sonho de casar na igreja, constituir família, ser normal. Algo que me lembrou Bassanezi (2004), ao contar leituras sobre o matrimônio nos anos dourados, na qual a década de 1950 elegia como pré-requisito para homens e mulheres, a estas por excelência, os desejos naturais de casar, ser mãe, e do lar, para serem *jovens de bem*. Talvez por isso, aquele corpo jovem que se assumia nas letras, era o mesmo que se reprimia na invenção do cotidiano que habitava.

Logo, isso é sério, denuncia a morte social de uma menina de apenas 16 anos, que começou cedo a trabalhar numa fábrica dobrando calças. Ela se empolgava com os debates de gênero promovidos por sua professora, era um espaço ao qual se sentia pertencer, sem necessidade de reprimir-se, e na medida que esse cotidiano escolar foi sendo modificado, disse ela: “eu gostava da escola [...] hoje em dia não converso tanto assim, é só da escola pro trabalho, mudou um pouco”, sem mais. Ou seja, a escola pode ser potência de vida, ou não. Cabe perguntar: que marcas de gênero se apresentam nesse ou em outro corpo escolar(izável), e qual o papel da escola nessa negociação com o mundo e consigo?

3 Corpo escolar(izável) marcado por gênero: registros de campo





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

“Ensinamos as meninas a se encolher, a se diminuir, dizendo-lhes: ‘você pode ter ambição, mas não muita. Deve almejar o sucesso, mas não muito. Se não você ameaça o homem. Se você é a provedora da família, finja que não é, sobretudo em público. Senão você estará emasculando o homem (ADICHIE, 2013)”.

As palavras de Adichie, essa nigeriana, mulher, negra, feminista, escritora pós- decolonial, trata de forma muito didática de pedagogias de corpo e alma sociais, fala de performances – que pretendem ser – assumidas em corpos de meninas e mulheres que Lipovestsky (2000) talvez chamasse de *terceira mulher*, mas termina se anulando socialmente. Esse filósofo francês, inundado pela segunda onda feminista que começa a

ganhar força na década de 1960, contribui com a literatura de gênero ao refletir sobre os impactos que a metade do século passado provocou na vida de homens e mulheres, o curto espaço histórico que modificou o que milênios não conseguiram quanto a redefinição de lugares sociais ditos femininos e masculinos. Uma leitura em que revolução e permanência dividem a mesma balança. Nesse sentido, há aspectos convergentes entre esses escritores, que dizem que muitas mulheres estão para o público, alçaram voos, mas, resta a essas, a nós – eu e você –, fingir limites socialmente aceitáveis, para não emascular o homem, não perder “essência”.

Ao colocar essa epígrafe, e trazer esses arranjos culturais, que contam armadilhas das leituras binárias de gênero, que parecem *estar* para natureza das relações, quis dizer, usando da sábia ironia de Adichie que precisamos fugir do “perigo da história única”. Essa proposição, homônima ao título de uma das palestras em que a autora questiona hegemonias que são dadas sobre muitas formas de inteligibilidade, que vão dos livros aos filmes, contando marcas de normatizações presentes no corpo negro, feminino, pobre, excluído, não-europeizado, encaixado, em caixinha, mas também de mulheres de múltiplas cores e lugares.

Por marcas leiam-se práticas, performances, e sentimentos legitimados ou não pelos olhos dos outros, com o peso social capaz de nomear, categorizar, e esquadrihar, como certo ou errado o corpo educado por pedagogias sexuais, e de





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

gênero (LOURO, 1999). São leituras que trabalham sobre relações de poderes tão desiguais, que conseguem dizer pelo outro e de si para consigo, como habitar cenários, na busca de evitar processos de exclusão, como se fosse possível tal previsão. Faz ver e crer, sob efeitos de verdade que jogam com vidas, sob arranjos pedagógicos que (ultra)passam o cenário escolar na atualidade (DELEUZE, 1992), escondendo a historicidade e diversidade cultural que envolve tempos e contextos.

Sabendo disso, volto a escola paulista, para contar que no primeiro dia que cheguei na escola, ansiosa quanto a recepção, ainda a buscar contato com a direção, na tentativa de ter minha entrada em campo autorizada, deparei-me com uma situação complexa envolvendo gênero inteligível e um corpo fora da agenda convencional, aos olhos da direção. Havia ali um esforço de tentar superar arranjos dados, no incomodo anunciado quando se falava da aluna Sophia, nome social escolhido por Leandro, que passara a assumir sua feminilidade na escola, no uso das vestimentas e na tentativa frustrada de frequentar o banheiro *das meninas*.

Era início de abril de 2018, cheguei na instituição com uma carta de apresentação e um sotaque que me dizia duplamente *de fora*. Ainda assim, sem contato prévio, estranha a esse cenário, ouvi da diretora e da coordenadora, esta situação: “o aluno Leandro, de menor, tá com invenção de querer usar o banheiro das meninas”. Ainda não havia nem apresentado a documentação que trazia da USP para legitimar minha fala quanto aluna e pesquisadora da disciplina de educação, quando ao contar que era professora da escola pública na Paraíba, e que já havia realizado pesquisa no cenário escolar, tendo gênero e sexualidades como escopo, fui surpreendida pelos relatos convergentes desse caso que parecia estar a provocar um alvoroço entre discentes e gestão. Disse a diretora:

“[...] Então, que bom que trabalha com isso de gênero, vê só, estamos com um problema sério aqui, um aluno chamado Leandro que hoje quer ser chamado de Sofia pelos professores, está utilizando o banheiro feminino e causando desconforto as meninas, pois fica falando alto piadas do tipo; ‘que barrão é esse fulana?’, ‘tá bom de aprender a se arrumar né’, e outros e outros comentários de mal gosto. Agora veja bem, ele é de menor, eu sei que existe a lei do nome social, que ele tem direito a ter o nome social na





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

caderneta, mas tem que ser assinada alguma declaração pelos pais que respondem por ele ainda, e que eu vou ter que chamar pra conversar, é o jeito, porque ele é atrevido e agressivo demais, e está incomodando as alunas. E eu sei que a lei que vale pra ele, não dar o direito de ferir o direito dos outros, por isso vou chamar sim os pais aqui e dizer que não quero isso dele entrando no banheiro das meninas, pra ver o que resolvemos. É complicado” [...]. Era até bom a gente ver depois uma capacitação sobre isso de gênero, porque ficamos eu e os professores sem saber o que fazer”.

Mencionar que fazia pesquisa na área de gênero foi uma espécie de gatilho, mesmo casual, que automatizou uma fala mais confortável e aberta comigo, parecia estar à vontade após tentar barganhar uma “capacitação sobre isso de gênero”. Acredito na diretora, quando diz “é complicado”, não a jugo, nem aos professores, por se sentirem provocados por esse *corpo de menino*, que invade um espaço feminino privativo, deixando-os “sem saber o que fazer”. Posto que são situações que escapam a normalidade da escola, mas também das convenções e normas sociais que os precedem para além dela, enquanto parte de uma sociedade heteronormativa, machista e violenta com esses *corpos estranhos* (LOURO, 2004). É perceptível estranheza, e o descompasso entre a aluna Sophia e as marcas de Leandro que a diz enquanto menino. “Ele é de menor”, “ele é atrevido e agressivo *demais* [...]”.

Atrevimento e agressividade, marcas de um corpo masculino que não condizem com a natureza delicada e recato feminino. Leandro é menino, “é complicado” entende-lo como menina. A direção o vê como menino, os professores também, em desacordo com seu desejo de ser visto e chamado enquanto Sophia. Esse desarranjo entre como se sente e como é lido socialmente não se restringe apenas a escola, mas essa instituição, que muitas vezes é a única a negociar entre os tecidos legais, os discentes e suas famílias, sabendo “[...] que existe a lei do nome social, que ele tem direito a ter o nome social na caderneta [...]”, parece não conseguir ainda operacionalizar isso no seu cotidiano, cumprir essa tradução.

Assim, no primeiro dia de visita a uma escola nova a minha vivência, ouvi e assisti por tabela uma situação que nem era a mira ao adentrá-la, por mais que questões de gênero não seja apenas um tema a ser abordado, mas um olhar treinado e





político que trago comigo por onde ando. Em meio a situação rapidamente descrita nesse curto texto, busquei em fala leve e não reativa apresentar para além do decreto nº8.727, de 28 de abril de 2016, que confere não apenas o uso do nome social, mas o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, nas administrações públicas, a necessidade primeira de ser explicada e abordada a quem norteia os processos de escolarização, para que seja efetiva a sua aplicabilidade no chão da escola, que pode ser multiplicadora de novos afetos e relações empáticas, respeitosas e livres.

Para tanto, narrar falas e cenas como essas, só foi possível a partir do exercício etnográfico que me levou a escola, fazendo-me olhos e ouvidos atentos. Ao perceber a banalização de cenas ordinárias geradoras de tensões, estereótipos e preconceitos, passei a acreditar que ali tudo era digno de nota, que pesquisar escola é estar nela metódica e diariamente, posto que mesmo resistente escola muda, pois a sociedade em que se insere e insere também. Assim, contar histórias de gênero do corpo escolar(izável), é dar-se a aprender mais sobre mim e você, questionando a mesmidade, e colocando gênero como problema em aberto e transdisciplinar.

Referências bibliográficas

ADICHIE, C.N. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras,

2013). ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. FGV Editora, 2005.

BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos anos dourados”. In: *História das mulheres no Brasil*/ Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. De textos). 7. Ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*/ Roger Chartier; trad. Patrícia Chittoni Ramos.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

– Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002, pp. 61-79.

DELEUZE, Gilles. *Conversações/* (Tradução de Peter pal Pelbart. – São Paulo: Ed. 34, 1992. (Coleção TRANS).

GEERTZ, Clifford. *La Interpretación de las culturas*. 1992 Editorial Gedisa, Barcelona, España.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. “Visita de um antropólogo ao laboratório”. In: *A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos*. Bruno Latour e Steve Woolgar. RJ: Relume Dumará, 1997, pp. 33 – 100.

LOURO, Guacira Lopes. “Pedagogias da sexualidade”. In: *O corpo Educado: pedagogias da sexualidade/* Guacira Lopes Louro (organizadora); Tradução dos artigos: Thomaz Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria gueerl* _____. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LIPOVESTSKY, Gilles. **A Terceira Mulher**. Permanência e Revolução do Feminismo. Maria Lucia Machado (trad.), São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

REIS, José Carlos. *História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006. 1ª ed. 2003.

ROCKWELL, Elsie. *La experiencia etnográfica: historia y cultura em los procesos educativos*. – 1ª ed. – Buenos Aires: Paidós, 2009.

